

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE**
2 **BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 20 DE AGOSTO DE 1998, NO AUDITÓRIO DA**
3 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.**

4 Aos vinte dias do mês de Agosto de mil, novecentos e noventa e oito, realizou-se a
5 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:10 horas, a reunião é
6 aberta pelo Secretário Geral, Roberto dos Santos, que faz a leitura da pauta: 1- Informes;
7 2 - Votação da proposta de adendo, do plenário municipal de saúde, destacando o
8 remetido ao Conselho para deliberação; 3- Apresentação do projeto Evaporação termo
9 matriz pelo Sr. Washington Martins. Em seguida a palavra está com o conselheiro
10 Garcia que faz proposta de inversão de pauta, por não haver quórum para votação,
11 faltava duas pessoas. Em seguida passou para os informes, o presidente da Fundação
12 João Pinheiro, Roberto Borges Martins, convida os conselheiros para participar do
13 Seminário Descentralização e Governança no setor de saúde, experiência brasileira, a ser
14 realizada no dia 26/08/98, no auditório da Fundação João Pinheiro. O conselho distrital
15 leste empossou novos conselheiros no dia 14/08/98, o novo presidente do conselho
16 distrital é o Júlio. A conselheira Adélia, fala do de um livro do Congresso Saúde
17 Coletiva, cujo título é Conselho de Saúde no Brasil, participação do cidadão e controle
18 social de autoria Antônio Ivo de Carvalho, deixarei para mesa diretora um xerox deste
19 livro para consultas, fala de todos os conselhos de saúde existentes no Brasil até 1995,
20 uma série de informações, faz um pedido que a reunião comece no horário marcado, às
21 14:30 horas e que as pessoas não fiquem chegando atrasadas. A participante Maria
22 Josefina, informa que as reuniões da TV Comunitária serão semanais e que o Conselho
23 irá receber uma correspondência com as respectivas datas e horários das reuniões e pede
24 aos conselheiros que representem o Conselho nas reuniões, outro informe é uma
25 denúncia do Centro de Saúde São José, DISANE, ocorreu um tiroteio e que os
26 funcionários estavam apavorados, tem em suas mãos uma documentação do Conselho
27 Distrital Pampulha que tirou posição de levar o laboratório para regional Noroeste, em
28 avaliação o laboratório distrital Noroeste tem capacidade de atender todos os moradores
29 da Pampulha, criando instalação dos postos de coleta em relação a recursos humanos,
30 transporte das amostras, materiais em todos os oito centros de saúde da Pampulha, que o
31 transporte de amostras fique a cargo do laboratório distrital Noroeste, que garanta ao
32 usuário a coleta no Centro de saúde sem precisar de deslocamento, considerando a
33 extensão da Pampulha, suas barreiras geográficas, naturais, sua malha viária, que
34 dificulta o acesso. O conselheiro José Osvaldo ratifica a importância do Seminário da
35 FJP, na Pampulha, será realizado dia 26/08, na Pampulha, um dos temas deste debate é a
36 reforma de estado e políticas sociais e é o primeiro seminário sobre descentralização e
37 governança no setor saúde, experiência brasileira, é fruto de um trabalho realizado pela
38 FJP no Conselho Municipal de Saúde, examinando as atas do Conselho de 1994 a 1998,
39 foi através desta pesquisa, constatou que junto as cidades de Santos, Ceará e exterior,
40 Belo Horizonte foi considerada umas das melhores, em termos de descentralização da
41 saúde, é importante a participação dos conselheiros neste seminário, os membros da
42 Câmara Técnica de Comunicação estarão no Distrito Sanitário Venda Nova, falando
43 sobre Comunicação e juntamente conosco o professor Valdir. O conselheiro Garcia
44 informa que dia 18/08 a Câmara Técnica de Financiamento reuniu-se com três auditores
45 da prefeitura, departamento administrativo e jurídico para discussão das irregularidades,
46 chamando poti 038/97, das irregularidades na aquisição de dez imóveis comprados. O
47 auditor explicou que a auditoria só apura os fatos constantes dos documentos, quem
48 julga é o Conselho, ou encaminha para a justiça, há uma auditoria pedida pelo prefeito
49 Célio de Castro para apuração dessas irregularidades, ao final das apurações, a decisão a
50 ser tomada deveria ser do prefeito, ou do Secretário de Saúde, mesa diretora ou remetido
51 à justiça. A conselheira Janine fala que a PBH aplica 15% na saúde, que o estado e a
52 federação não aplicam nada, proponho que faça uma denúncia ao descaso do estado e da
53 federação para com a saúde pública. O secretário geral, Roberto dos Santos pergunta se a

54 proposta é para questionar o governo do estado. A conselheira Maria Terezinha faz uma
55 denúncia de que sábado próximo às 12:00 horas irá comparecer na casa de uma vizinha,
56 um médico que irá distribuir remédios à população, remédio para o coração, gostaria que
57 a mesa diretora compartilhasse e verificasse se o mesmo pode distribuir remédios,
58 precisamos fiscalizar, pois há remédios que são falsificados, outra denúncia é que um
59 médico do HOB, Dr. Silvio, ao atender um paciente com gripe forte, falou ao paciente
60 que não chegasse perto dele. O conselheiro João Athayde passa informes sobre a reunião
61 do Conselho Distrital Noroeste, que será hoje e após a reunião será encaminhado ao
62 Conselho a questão da violência no São José e Pindorama, a CTF criou uma Comissão,
63 onde foi feita uma discussão com a auditoria e que irá encaminhar o relatório para a
64 Câmara Técnica e posteriormente passar para o Conselho, recebi uma informação de que
65 o presidente da república vetou a questão dos alimentos, o projeto foi encaminhado a
66 Câmara dos Vereadores, votado e considerado crime hediondo a questão dos
67 medicamentos e seus procedimentos, o PR vetou a questão dos alimentos, proponho que
68 o Conselho faça um pronunciamento. Em outros países em desenvolvimento existe um
69 controle rígido a respeito de alimentos, o governo federal está acabando com o serviço
70 público, por falta de fiscalização e fiscais, está acontecendo a falsificação de
71 medicamentos, é preciso que o CMS de Belo Horizonte repudie a questão da falta de
72 fiscalização existente em relação aos medicamentos, e alimentos que influenciam na
73 questão da saúde pública. O conselheiro Elcio passa informe dos médicos da PBH,
74 haverá uma Assembléia Geral, com todos os médicos da rede municipal, dia 27/08, às
75 19:30 horas, no Sindicato dos Médicos, a discussão será a questão da saúde e nova
76 gestão onde estaremos trazendo propostas e junto à Secretaria Municipal de Saúde
77 avaliarmos as acusações e colocações do secretário municipal de saúde, Marilio
78 Malagutti, a assembléia será aberta ao público. O secretário geral, Roberto dos Santos
79 agradece a presença do diretor do Hospital das Clínicas, Paulo Roberto Venâncio, o
80 secretário Marilio Malagutti, pediu para justificar a sua ausência, pois está em outra
81 reunião, sendo possível virá para fazer parte da mesa. O conselheiro Garcia, propõe que
82 o senhor Washington Martins, como participante da reunião da Câmara Técnica de
83 Saneamento, exponha suas idéias a respeito da poluição provocada pelos ônibus e
84 demais veículos automotores, depois continuamos o encaminhamento da mesa. O
85 secretário geral Roberto dos Santos coloca em votação chamando proposta 1 -
86 continuação da pauta e proposta 2 - inversão da pauta, feita a chamada nominal dos
87 conselheiros, venceu a proposta 1. O CMS agradece a conselheira Adélia pela sua
88 participação no Controle Social. O secretário geral passa para o segundo ponto de pauta:
89 Votação da proposta de adendo do plenário municipal de saúde, destacando o remetido
90 ao Conselho para deliberação, a mesa propõe que destacando o artigo, o plenário faça
91 proposta, não contendo destaque, o artigo fica aprovado pelo conselho, iniciada a leitura
92 a partir do artigo 108. Os artigos aprovados pelos conselheiros foram: 108, 110,
93 111,115,117,118, 119, 122, 123,126, 128, 131, 133, 134, 135, 137, 141,142,143, 145,
94 146. Os artigos que não estão relacionados o plenário apresentará suas propostas, a
95 inscrição é aberta para propostas. Primeira inscrita Rosalina, faz destaque aos artigos
96 109 - Garantir o ingresso de trabalhadores nos cargos na área de saúde, através de
97 concurso público, restringindo a terceirização, aos setores administrativos, limpeza e
98 segurança, e 144 - Garantir o ingresso dos trabalhadores, nos cargos da área de saúde,
99 através de concurso público e fim de terceirização de serviços, considerando que a
100 reforma administrativa, estabeleceu a possibilidade de contratação direta pela CLT, para
101 não ferir a Lei Camata, 60% dos orçamentos, com a folha pessoal encaminhar através de
102 parlamentar progressista, projeto de lei federal, no sentido de permitir, que o recurso dos
103 fundos de saúde, hoje utilizados para pagamentos dos contratos para pagar os
104 trabalhadores contratados diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde, manter até a
105 implementação dessa lei, a redução gradativa do serviço terceirizados conforme
106 deliberação da 5ª Conferência.. Rosalina explica exatamente porque era substituir uma

107 pela outra, na verdade elas se completam, a discussão é justamente no sentido que temos
108 batalhado, defendido, o fim da terceirização de serviços na área de saúde. Nós pensamos
109 que a melhor forma de encaminhar isso é uma proposta ampla, envolve muitas coisas,
110 não apenas mudanças na lei federal e talvez mudanças na lei municipal, na estrutura da
111 SMSA, talvez transformar a SMSA numa autarquia. A proposta é enviar à CTRH para
112 uma discussão e vê a melhor forma encaminhamento, desde que o plenário aprove
113 realmente o necessário. Há uma realidade que esbarra a vontade de acabar com os
114 serviços terceirizados que é a Lei Camata, o município já gasta mais de 60% do
115 orçamento com a folha de pagamento, em compensação gasta um valor absurdo nos
116 contratos de serviços terceirizados para a saúde. Minha proposta é que a contratação
117 possa ser direta, considerando a reforma administrativa que está em vigor, acabando com
118 o regime jurídico único, não existe desculpas da não contratação direta pela CLT, sendo
119 assim a PBH faria concurso público e estouraria a folha, desrespeitando a Lei Camata, se
120 o plenário estiver de acordo, o conselho e a própria conferência já votou anteriormente,
121 que a terceirização acabe na área de saúde. Foi aprovado pelo plenário a mudança dos
122 artigos 109 e 144, o encaminhamento da proposta de enviar a CTRH e acabar com a
123 terceirização na área de saúde. O artigo 112 - Padronizar uniformes de trabalho, para os
124 profissionais do SUS, a conselheira Betânia fez destaque de apenas acrescentar,
125 garantido pela instituição. Foi aprovado pelo plenário a mudança. Artigo 113 -
126 Responsabilização dos níveis federal e estadual no cumprimento do seu papel efetivo,
127 em relação as políticas de recursos humanos, para o Sistema Único de Saúde, a
128 participante Fátima destacou o texto para melhorar a redação do texto, como:
129 responsabilização dos níveis federais e estaduais no cumprimento de seu papel efetivo
130 em relação a política de recursos humanos para o SUS, garantido a reposição de pessoal.
131 Foi aprovado a mudança do texto. Artigo 114 - Informar a comunidade sobre os órgãos
132 fiscalizadores, em seus respectivos telefones: Vigilância Sanitária, Controle de
133 Zoonoses, Procom e Ministério Público, etc, o conselheiro Garcia pede a retirada do
134 Procom, alegando que é plano de saúde e pede para acrescentar o Ministério Público
135 Federal, os recursos são controlados pela Seguridade Social. O conselheiro Elcio fala
136 que todos nós somos consumidores de serviços privados e públicos, o Procom é um
137 órgão de defesa dos consumidores, seja de serviços públicos ou privados, sua proposta é
138 manter o Procon, quanto ao Ministério Público pode ser acrescentado, desde que
139 acrescente municipal, estadual e federal, pois a procuradoria pública de defesa do
140 cidadão engloba todas as instâncias, e não só financiamento por ser federal, o estadual
141 deixa de responsabiliza pela fiscalização de prestação de serviços. O conselheiro Garcia
142 volta a debater que o Procon tem a função de fiscalizar preços e a saúde pública não tem
143 preço. O conselheiro João Athayde propõe que independente do Conselho tirar ou não o
144 Procon, é responsabilidade do Procon no âmbito municipal fiscalizar todas as ações no
145 município, o CMS não pode cercear a manifestação do Procon, o adendo que eu acho é
146 que o conselheiro Garcia, deveria incorporar é o Ministério Público em todas as esferas e
147 em todos os seus âmbitos de competência, responsabilidade de pronunciar sobre os
148 assuntos demandados. O conselheiro Garcia concordou em manter o Procon e quanto ao
149 Ministério Público, que seja acrescentado em todas as esferas e conselhos regionais. Foi
150 aprovado pelo plenário a mudança. Item 116 - Manutenção da tabela nacional de
151 procedimentos do SIA/SUS, como referência para estados e municípios, o conselheiro
152 Paulo Venâncio fez destaque a revisão de valores de procedimentos do Ministério da
153 Saúde com acompanhamento do Conselho, porque o próprio SIA/SUS já acabou essa
154 discussão, vamos entrar na questão do PAB e outra discussão é a implementação da
155 NOB/96. O secretário geral informa ao conselheiro Paulo Roberto Venâncio Carvalho
156 que o item 116 foi aprovado no início para passar ao 117. A participante Fátima disse
157 que o item 117 pede a revisão dos valores e o item 116 manutenção da tabela, que tem
158 de existir para ter referência, proponho que seja apresentado uma tabela, agora quem
159 acompanhará eu concordo com que o Paulo Roberto Venâncio Carvalho disse, temos

160 que manter a tabela como referência de pagamento, poderá acontecer de cada lugar fazer
161 pagamento diferente, cada procedimento terá um valor, não havendo tabela cada
162 município pagará em que padrão, torna-se complicado. O conselheiro Paulo Roberto
163 Venâncio de Carvalho concordou com Fátima, trata-se de uma questão séria, até mesmo
164 a implantação da NOB/96, o que reivindicamos nos conselhos e conferência é que não
165 exista o pagamento por procedimentos, queremos uma implantação de novo
166 financiamento ao qual o município receba por sua situação epidemiológica e sócio-
167 econômica, isto é uma reivindicação da VIII Conferência de Saúde, é importante que a
168 tabela exista em termos de processos diferentes, mantendo a tabela estaremos
169 retroagindo, impedindo a discussão do pagamento de acordo com o diagnóstico
170 epidemiológico, sócio-econômico reivindicados na VIII Conferência. A Dr^a Raquel do
171 Ministério da Saúde esclareceu que o PAB vai garantir ao gestor um teto, e depois será
172 repassado para alguns prestadores privados, pois alguns procedimentos do CIC irão
173 pagar quando comprar serviços, não sei se vai manter a tabela do SIA ou Ministério da
174 Saúde, de repente pode fazer uma tabela própria, não esquecendo que o teto para
175 tratamento ambulatorial não irá mudar, se encarecer o procedimento, irá inviabilizar,
176 hoje o custo é muito baixo, nas contas do Ministério da Saúde está fechado num teto
177 orçamentário do SIA. A participante Débora acha que duas partes têm razão, a questão
178 básica hoje não se paga por procedimentos, mas a questão hospitalar da IH não avançou
179 num sentido de repasse global, ainda se paga por procedimentos, no momento ainda é
180 importante ter referência nacional, porque se não o foco da mobilização de atenção fica
181 muito em cima do município, proponho que faça uma redação única contemplando a
182 necessidade de uma revisão da tabela, alguns valores estão muito baixos e outros
183 majorados, essa revisão deverá ser acompanhada pelo Conselho de tal forma manter uma
184 referência para estados e municípios como exemplo BH avança na questão dos RN's de
185 risco, foi feita uma reunião na SMSA, onde o Conselho aprovou a remuneração
186 diferenciada, é preciso existir flexibilidade para que o município avalie quais os
187 procedimentos devem ser melhor remunerados e quais estão acima do mercado, ter
188 referência a nível nacional. O secretário Geral, Roberto propõe que Paulo Roberto
189 Venâncio de Carvalho, Fátima e Débora entrem em acordo para uma proposta. Os
190 artigos 116 e 117, acabaram fundidos, foram unificados. Revisão dos valores de
191 remuneração dos procedimentos do Ministério da Saúde (SIA/SUS e SIC/SUS), como
192 referências para estados e municípios, sendo todo processo acompanhado pelo CNS.
193 Artigo 119 - Criação de conselheiros da região metropolitana, o conselheiro Roberto
194 pede que o artigo 119 seja suprimido e o artigo 120 mantido. Foi aprovado por
195 consenso. Artigo 121 - Ajudar na formação e organização de conselhos de saúde, nos
196 municípios vizinhos, buscando a participação de seus representantes, e delegados na
197 Conferência Metropolitana, Fátima propõe que seja suprimido o item, o conselheiro
198 Paulo Roberto Venâncio Carvalho discorda. A participante Fátima em sua fala diz que a
199 criação do fórum já foi feita, propõe a sua implantação. O conselheiro Paulo Roberto
200 Venâncio de Carvalho discorda, se ocorrer a implantação, quem convocaria essas
201 reuniões e articulações seria o próprio fórum que articule, não deve ser o CMS/BH, nem
202 outro Conselho que articule, podemos discutir a implantação, mas para que isso
203 aconteça, é necessário a criação de mecanismo de articulação em cima desse fórum,
204 proponho que se mude a palavra criação por implantação de mecanismos de articulação
205 entre os conselhos de saúde, dos municípios que compõem a região metropolitana de
206 Belo Horizonte. A proposta foi aprovada pelo plenário. Artigo 123 - Organizar o
207 Orçamento Participativo da cidade, com a incorporação das políticas setoriais. Fátima
208 propõe que em vez de organização, coloque participação, porque o Conselho não pode
209 organizar, seria a participação na organização do orçamento participativo. A proposta é
210 aprovada. Art.124 - Formar parcerias com outras organizações que não a saúde, tais
211 como: meio ambiente, educação, ação social e outros, cobrando do Ministério Público,
212 para que zele pelo serviço de relevância pública, prestando assessoria nestas questões. O

213 conselheiro Garcia, disse que formar parcerias com outras organizações que não a saúde,
214 tais como: meio ambiente, educação, ação social, habitação, programa de alimentação do
215 trabalhador e outros cobrando do Ministério Público em todas as esferas para que zele
216 pelo serviço de relevância pública, prestando assessoria nessas questões. A proposta foi
217 aprovada. O conselheiro Garcia pede que seja acrescentado e que seja destacado: meio
218 ambiente, educação, ação social e outros, gostaria que destacasse também a habitação e
219 INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Desnutrição), porque usamos muito pouco
220 desse recurso, apenas 50 mil reais no ano passado, pois em BH existe 14 mil famílias,
221 morando em um ou dois cômodos, precisamos evitar esse contrário. A participante
222 Débora, interfere para esclarecimentos, o INAN era um órgão do Ministério da Saúde
223 que foi extinto, então todas as funções, todas as ações e atribuições passaram a ser
224 exercidas pelo Ministério da Saúde, e mesmo a forma convenial a partir do próximo ano
225 não será mais dessa forma, o recurso será enviado ao município, via PAB, então não
226 vejo sentido colocar a palavra INAN. O conselheiro Garcia, sugere então que se coloque
227 o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador). Art. 125 - Criação da Câmara
228 Técnica de Controle Social. A funcionária do Conselho pede a supressão do artigo, não
229 vê sentido numa Câmara Técnica de Controle e Avaliação, pois o Controle Social é
230 exercido pelo CMS como um todo, não tem sentido ter uma Câmara Técnica, qualquer
231 que seja o objetivo, pois no seu entender, esvazia o papel do Conselho enquanto órgão
232 de Controle Social, o Controle Social é do Conselho, algumas pessoas que defendiam
233 essa idéia me esclareceram que seria essa Câmara Técnica que teria o papel de fazer
234 intercâmbio com os conselhos distritais e comissões locais de saúde, não justifica, esse
235 papel é de todos os conselheiros municipais de saúde, não tem sentido uma câmara
236 técnica exercer essa função, por isso proponho que seja suprimido o artigo. Foi aprovado
237 a supressão do artigo 125. Art. 127 - Criar o disque denúncia e ou livro de queixas de
238 reclamações para os usuários e funcionários manifestarem, reclamarem sobre os
239 problemas de saúde, da comunidade em relação a problemas de atendimentos,
240 documento via Conselho, comissões locais ou Centros de Saúde. A conselheira Joana
241 destaca para questão de acrescentar e trabalhador. A participante Fátima, discorda, em
242 vez de ser disque denúncia seria disque saúde, e que além de queixas e reclamações,
243 colocasse sugestões, informações, etc. O secretário adjunto de saúde, Apolo Heringer,
244 disse a questão de ordem, nós transformamos o SOS Dengue, em SOS Saúde,
245 ampliamos e colocamos uma nova ficha, nessa ficha são anotados os telefonemas, a
246 comissão social irá responder à população que escrever, através de cartas e jornal da
247 secretaria, as cartas serão padronizadas de acordo com o assunto abordado, mas serão
248 nominais, reclamações, críticas, perguntas, consideramos bem vindas, estará
249 colaborando para um aperfeiçoamento. Foi aprovada a proposta de mudança no artigo
250 127 - Criar o disque-saúde, e ou um livro de queixas e reclamações, sugestões e
251 informações, para usuários e funcionários manifestarem e reclamarem sobre os
252 problemas da saúde, da comunidade e trabalhador, em relação à problemas de
253 atendimento e condições de trabalho, documentado via conselho, comissões locais ou
254 centros de saúde. Art.129 - Incentivar a formação dos Conselhos de Usuários em
255 hospitais públicos e conveniados. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho
256 propõe que seja acrescentado a formação de conselhos de usuários em hospitais
257 filantrópicos, conveniados e privados. O conselheiro Lauro não concorda com a
258 proposta, pois a vereadora Jô Moraes, propôs na Câmara de Vereadores essa proposta no
259 próprio regimento do conselho e não foi aprovada, ficou apenas hospitais públicos a
260 formação de conselho de usuários e nesse dia foi colocado pelo próprio conselho e o
261 próprio gestor, penso que os hospitais públicos são administrados com recursos
262 públicos. O conselheiro Paulo Roberto Venâncio de Carvalho defende dizendo que o
263 hospital privado ou filantrópico conveniado com o SUS, presta um serviço público,
264 portanto deveria ter um conselho de usuários. O conselheiro Lauro, rebate, independente
265 da atividade ser pública ou privada, estou respresentando os filantrópicos, apesar de

266 sermos instituições privadas, temos a filosofia de atendimento público bem claro, hoje
267 os hospitais estão assinando convênios com o SUS, independente de recomendações
268 contrárias da Associação dos Hospitais de Minas Gerais, são os hospitais filantrópicos:
269 Baleia, Santa Casa, Evangélico, São Francisco. O conselheiro João Athayde fala que
270 embora seja hospital privado, a questão é a saúde, obedece-se um procedimento, uma
271 série de sistemas que estão obrigados a seguir a legislação, a saúde é fiscalizada pelo
272 estado, independente de ser pública ou particular, na Constituição de 88, criou-se a
273 figura do Conselho Municipal, exercendo o papel do Controle Social, está embutido na
274 Constituição, mesmo sendo entidades privadas, devem seguir o controle social, que são
275 os conselhos, portanto deve-se criar o conselho para seguir a lei que regula o
276 funcionamento dos hospitais privados. A proposta foi colocada em votação, feita a
277 chamada nominal, foi aprovado por 25 votos contra 2, a proposta de mesma redação e
278 acrescentar privados. Art.130 - Que a lei seja mudada, para que os representantes dos
279 trabalhadores e usuários, no Conselho Municipal, sejam eleitos nas conferências
280 distritais de saúde. Foi destacado por Rosalina, Paulo Roberto Venâncio de Carvalho e
281 Horácio, sendo a proposta de Rosalina de supressão do artigo já que a lei contempla de
282 forma correta, portanto não justifica a forma colocada. O conselheiro Paulo concorda,
283 pois primeiro o conceito federativo de um Conselho. O CMS não deve ser uma formação
284 federativa, além da colocação da questão dos usuários, quando fala em trabalhador, acho
285 uma questão mais ampla que deve ser debatida e a própria lei atual já contempla, outra
286 questão é a representação que deverá ser feita a nível de entidades tais como:
287 associações de bairros, sindicatos, etc. Foi aprovada a supressão. Art. 132 - Apoio ao
288 projeto de subvenção social, colocado em destaque por Betânia e Paulo Roberto
289 Venâncio de Carvalho, eles entram em acordo colocando a mudança do texto para:
290 Repúdio ao sistema atual de subvenção social e que essa subvenção seja alocada aos
291 fundos de saúde municipal, estadual e nacional. Foi aprovada a mudança. Art. 136 -
292 Saúde Bucal, atendimento de urgências odontológicas nas equipes das UPA's, colocado
293 em destaque pelos conselheiros Janine e Sr. Garcia. O conselheiro Garcia estanhou por
294 não haver acrescentado à saúde bucal, o teste do pézinho nos recém-nascidos ou da raça
295 negra. A conselheira Janine explica que as UPA's na sua maioria, não atendem as
296 emergências odontológicas na sua totalidade, então os postos atendem o que as UPA's
297 não cobrem sendo que o pessoal da UPA's recebem 40% a mais para atender urgências,
298 deveria ser bem especificado isso, sugiro que o texto seja mantido. Foi aprovado a
299 manutenção do texto. Art. 138 - Que a FHEMIG reative os leitos hospitalares ociosos,
300 texto destacado pelo conselheiro Garcia, que propõe acrescentar que a iniciativa privada
301 ative seus leitos ociosos. A participante Fátima discorda da proposta, dizendo que o
302 correto é que mais leitos privados sejam oferecidos ao SUS, colocando no texto: Que a
303 FHEMIG reative os leitos ociosos, e os hospitais privados aumentem a oferta de leitos
304 ao SUS. Fica aprovada a proposta de mudança do texto. Art. 139 - Discussão com o
305 Conselho Municipal de Saúde, Sindicato dos Médicos, sobre o critério de número de
306 consultas dos médicos, por dia. Não considerar o retorno como consulta, e sim parte
307 complementar da consulta. Destacado o artigo pelo conselheiro Elcio, em sua fala a
308 consulta médica dependendo da especialidade e do contexto do atendimento realizado,
309 tem tempo de duração variável, os parâmetros técnicos que existem até hoje, para
310 planejamento em saúde não partem de princípios técnicos, e sim de planejamento em
311 número de atendimentos, a história de doze consultas por médico é o parâmetro médio,
312 tem consulta que dura 20 minutos, outras 10 minutos e o retorno de uma consulta
313 médica, muitas vezes é mais demorada do que a primeira consulta, dependendo do
314 motivo pelo qual pedi o retorno do paciente, proponho seja substituído a redação por:
315 Discussão entre o CMS e Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, sobre o
316 estabelecimento de parâmetros técnicos, para quantificar o número de atendimentos
317 médicos, por especialidade, atendimento, jornada de trabalho, em uma consulta de
318 urgência, como exemplo uma criança com crise asmática, eu como médico fico 40

319 minutos com ela, estando na linha de produção de 12 consultas em 4 horas, eu vou
320 deixar a criança morrendo para cobrir a demanda programada? Uma consulta de
321 urgência dura mais tempo do que uma consulta de ambulatório agendada, como também
322 um retorno, proponho que essa discussão seja mais ampla e que estabeleça parâmetros
323 técnicos para ver a quantidade de consultas que um médico deve atender, em sua jornada
324 de trabalho. O conselheiro João Athayde fala a respeito da discussão, o CMS vai analisar
325 o lado do usuário, seus interesses, o retorno seria uma continuação, entendo a
326 observação do sindicato dos médicos, não pode estabelecer procedimento na área
327 médica, como linha de produção, existem complexidades, poderemos encaminhar uma
328 proposta em função da avaliação e complexidade dos procedimentos como a questão da
329 urgência. A conselheira Ednéia propõe que o texto seja mantido. Dr^a Raquel explica que
330 o atendimento básico de saúde hoje é mais atendimento médico, sugere que seja
331 estendido aos outros profissionais do posto: enfermeira, psicólogo, fisioterapeuta,
332 dentista. O conselheiro Paulo Roberto Souza Lima lembra em nome de Dr^a Carmem
333 Rubió, um dos grupos da plenária encaminharam uma proposta sobre agendamento e
334 retorno, a proposta pautada aqui é uma tentativa de recuperar o que foi derrotado na
335 plenária, proponho manutenção do texto para avançarmos em posterior discussão.
336 Débora esclarece o que está sendo aqui em reunião, não foi votado na plenária, ficou
337 destacado porém não concluído, inclusive o último bloco foi apresentado em relatório da
338 3^a mesa, não foi à plenária final, portanto é preciso ser discutido a questão. O
339 conselheiro Elcio propõe que a redação do texto seja estendido a outros profissionais,
340 como Dr^a Raquel sugeriu. O conselheiro Paulo fala que como conselheiro distrital e
341 diretor do Distrito Sanitário, tem observado que as questões são pontuadas de alguns
342 profissionais, então pergunto: Qual a regra geral que vale até para urgência? E o cidadão
343 como fica? Esta regra burocrática de um certo número de atendimento para se defender
344 diante de uma demanda que é crescente em todos os centros de saúde para todas as
345 especialidades, inclusive na urgência e emergência. A mesa propõe uma defesa para
346 manter o texto e outra para alterar o texto. O que o sistema está discutindo o que é
347 impossível manter regras burocráticas que estabeleçam até certos privilégios de
348 determinação de produção por tipo de jornada, vamos pagar por horas trabalhadas, a
349 regra geral na ponta do sistema, e que haja flexibilidade das equipes, como está
350 acontecendo com enfermagem no acolhimento, psicologia, assistente social, onde você
351 procura habilitar o Centro de Saúde, respondendo a questão crucial da demanda que é
352 crescente, outra questão é o retorno recebido no público como consulta, não sendo
353 discutido no privado por ser uma consequência direta do tratamento que está sendo feito.
354 O conselheiro Elcio diz que fica surpreso em ver o professor de saúde pública propor
355 uma plenária de saúde, onde a pauta é modelo privado, sendo que o modelo privado não
356 paga retorno que insira na pública o modelo privado, defendendo sua cobrança pela
357 qualidade do atendimento médico que deve ser melhor que a consulta, existem retornos
358 que são qualificados e codificados como consultas, os paciente crônicos. A mesa coloca
359 em votação a proposta de manutenção do texto, feita a chamada nominal dos
360 conselheiros, foi aprovado por 12 votos contra 8. Art.140 - Incremento da rede das
361 práticas de medicina alternativa. O conselheiro Garcia colocou destaque, propondo que
362 seja acrescentando no artigo que se promova um Seminário. Foi aprovado pelo plenário
363 a proposta. O secretário geral, Roberto dos Santos dá continuidade ao trabalho passando
364 então para o 3º ponto de pauta que é a apresentação do projeto “Evaporação Termo
365 Motriz”, passando então a palavra para o secretário adjunto de saúde, Dr. Apolo. O
366 secretário adjunto municipal de saúde, Dr. Apolo apresenta aos conselheiros, Dr.
367 Washington Martins, que traz uma proposta para melhorar a qualidade vida em Belo
368 Horizonte e que saúde é relacionada com oxigênio e o ar que respiramos, a umidade
369 relativa do ar, pedimos que os conselheiros ouçam com atenção a sua explicação, o
370 mesmo é autodidata, se o Conselho julgar pertinente, a SMSA pede aprovação de seu
371 projeto e a liberação de 5 a 10 mil reais para fazer experiência em alguns carros e atrair a

372 atenção do povo e da imprensa. Antes de passar a palavra a Washington, gostaria de
373 tranquilizá-los e a toda população, alguns sindicatos fizeram manifesto, SUS e Belo
374 Horizonte ameaçados, podemos ficar tranquilos que o SUS não está ameaçado, de
375 acordo com pesquisas que estão chegando a PBH, nos últimos três meses a população
376 tem se sentido protegida, em caso de urgência e emergência estamos fazendo valer o
377 direito que a lei nos dá, que as pessoas sejam atendidas em hospitais privados, como o
378 Socor e o Mater Dei, medidas tomadas como o combate a Dengue, adotando o
379 quarteirão, haverá uma campanha na tentativa de mobilizar toda população na
380 intensificação da ação dos focos nas residências. Outro detalhe é o PSF, não irá ficar
381 apenas no Posto esperando o paciente chegar, também irá visitá-lo em casa, para
382 descobrir o motivo da doença, a saúde não o problema do médico, é basicamente
383 qualidade de vida, condições de vida da população e o PSF ao entrar nas casas e levantar
384 os problemas, criando então uma vinculação mais estreita entre o médico, enfermeiro e
385 agente comunitário, sabendo que estarão até 8 horas para atender a população. Também
386 estamos tomando medidas para que os dentistas atendam nos Postos de Saúde, de
387 preferência vamos colocar dois a três dentistas em cada Posto de BH, inclusive no
388 UPA's. Com relação aos medicamentos falsos e vencidos, a Secretaria nos últimos três
389 meses implementou pela primeira vez a Lei 1996, apreendendo medicamentos, agora
390 cabe aos farmacêuticos nos ajudarem neste trabalho, agradeço a atenção de todos vocês e
391 passo a palavra ao Dr. Washington. O senhor Washington inicia falando da poluição
392 que há em nosso meio, não temos condições de respirar, uma prova maior está nos
393 hospitais e Centros de Saúde. Fiz um trabalho para a SUDENE em 1980, porem o
394 trabalho foi deturpado. Um ano atrás fiz uma demonstração no corpo de bombeiros, teve
395 a participação da imprensa, do Paulão, foi onde obtive um espaço na mídia. A SMSA é o
396 único órgão que tem nos apoiado. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente tivemos a
397 oportunidade de ouvir um técnico, porém eles não sabem como provar essa situação,
398 isso acontece com todos os órgãos. Agora vamos falar da saúde, a população é o maior
399 consumidor da situação, há dez anos estaríamos agasalhados pois, estaria frio, hoje
400 temos um dia quente e a noite quente também, a atmosfera está pobre no mundo inteiro,
401 a atmosfera está seca e nós estamos com o ambiente desidratado, portanto expondo o
402 projeto aqui, tivemos a honra de merecer do secretário a disposição de que faça alguns
403 testes nos carros da secretaria usando aparelhos para fazermos então uma avaliação
404 incontestável do efeito na atmosfera. O custo para implantar esse protótipo ficará em
405 torno de R\$ 10 mil reais e aprovação dessa verba depende de todos vocês. Como vai
406 funcionar o sistema, temos um consumo mundial de 68 milhões de barris de petróleo por
407 dia, liberando em torno de 15 trilhões de calorías, essa caloría evapora o resto da água e
408 queima, por isso não temos uma atmosfera hidratada, este aparelho que estou com ele
409 em mãos, é um injetor de água junto ao cano de descarga dos veículos automotores, a
410 água evapora, eliminando a caloría do cano de descarga e consequentemente fazendo
411 com que essa caloría suba deixando de ser nociva no chão, portanto é este aparelho que
412 será colocado em cada carro com um regulador, de acordo com a aceleração, essa água
413 pinga ou entorna no cano dentro deste aparelho que absorve a caloría do cano de
414 descarga. O primeiro retorno do custo deste aparelho é com o mecânico para trocar o
415 cano de descarga e então estaremos hidratando nossa atmosfera, diminuindo o consumo
416 de combustível, e tendo uma saúde melhor. O ar é uma camada parecida com uma teia
417 de aranha, deixa alguns espaços que não tem paralelo no espaço visual, esses gases
418 funcionam como gaiolas, as mesmas absorvem essas sujeiras e as mantém enjauladas,
419 como absorveria a umidade, a umidade fica em suspensão e faz com que a sujeira no ar
420 fique pesada e caia no chão, depois de um dia de chuva, olhe para o céu e você vai ver
421 que está limpo, nada nos impede de ver à distância, a umidade é indispensável para
422 manter a atmosfera limpa. Belo Horizonte tem vários rios que cortam a cidade e hoje são
423 cobertos pelo asfalto que fazem aumentar o calor e elevar a umidade. Apenas os ônibus
424 poderiam lançar 2 mil metros cúbicos de água por dia no perímetro urbano, isto é, 2

425 milhões de litros de água. A medicina fala que temos que consumir 2 litros de água por
426 dia, teríamos um milhão de pessoas alimentadas por essa água, que estaria em suspensão
427 levada pela caloria dos canos de descargas. Se fossemos evaporar essa água, custaria
428 bastante, nós temos evaporador de graça que hoje é nocivo, a caloria do cano de
429 descarga é nociva, passaria a ser benéfica, vamos mudar a condição de trabalho dos
430 motores e a condição de recebimento nosso. Diante dessa situação, quando falamos em
431 gastos, governo e empresários não têm verba. Hoje estamos cuidando do problema da
432 umidade como proteção da saúde e só a PBH poderia ter economizado bastante com a
433 ausência de crianças e velhos com problemas respiratórios. Belo Horizonte já foi uma
434 cidade sanatório no tratamento de Tuberculose, pois hoje é a fabrica de Tuberculosos,
435 pois a umidade relativa do ar é muito baixa. Podemos fazer isso, usando uma energia
436 que está sendo discutida, temos um complexo mecânico global fabuloso, que no caso o
437 homem tem alterado esse complexo, que é a criação de Deus. Alguém já pegou sereno
438 este ano? Ninguém, não temos água retida no espaço, se tivéssemos durante o dia ela se
439 expande, pois a gaiola da atmosfera vai abrindo e os vapores vão abrindo e sofrendo
440 condensação até cinco mil metros, de cinco a oito mil metros, começam a sofrer uma
441 condensação de congelamento, depois se aquece passando a ser um filtro. Os vapores de
442 água na superfície faz uma filtragem de raios solares, e não estaríamos expostos ao infra-
443 vermelho e ultra violeta, nessas dosagens elevadas, e sim em dosagens reduzidas que é
444 benéfico. A umidade relativa do ar, faz com que o equilíbrio seja mantido, então
445 podemos ter o sereno e noites frias. O sereno ao cair pela manhã começa a fazer a
446 incubação de todos os ovos de todas espécies de insetos, inclusive o Aedes Aegypti, com
447 o calor do sol o processo é encerrado. O conselheiro Garcia propõe que a mesa diretora e
448 a Câmara Técnica de Saneamento conjuntamente com o senhor Martins estude a
449 implantação nos dez carros da secretaria como experiência. Depois dessa experiência
450 virá técnicos da Secretaria do Meio Ambiente, BHTrans, até universidades para
451 acompanhar o Projeto. Vamos propor leis obrigando os ônibus a usarem os aparelhos,
452 desde que aprovados. Podemos autorizar a mesa e a CTS, facilitando a implantação do
453 Projeto do senhor Martins, e que os conselheiros regionais promovam reuniões sobre o
454 tema e convidem o senhor Martins para dissertar a respeito. O secretário municipal
455 adjunto, Apolo, explica que cada aparelho custa cerca de R\$ 500 (quinhentos reais), é
456 feito artesanalmente em sua oficina. O conselheiro João Athayde, fala que temos que
457 fazer leitura do ponto de vista de valores que a sociedade estabelece, vivemos em uma
458 época, que os valores da vida sucumbem aos valores financeiros, temos que juntamente
459 com os conselhos distritais e a secretaria criar um fato político para que esse esforço do
460 senhor Martins pela vida transforme isso, esse trabalho deverá ser mais amplo,
461 envolvendo a Secretaria de Educação, e outras secretarias também, precisamos chamar a
462 atenção da população para que os valores da vida si sobreponham aos valores
463 econômicos. O conselheiro Paulo diz que o problema da umidade relativa do ar é muito
464 sério, os R\$ 5 mil reais é irrisório, tratando de uma pesquisa desse porte, mas e a
465 continuidade como fica? Deveria ser um projeto com referendun e respeito do
466 CMS/BH, como assunto de saúde, mas a PBH, BHTrans, Secretaria de Meio Ambiente e
467 do Gabinete, até por questão de operacionalidade. Deveria ser um projeto de governo,
468 não apenas da SMSA. O secretário municipal adjunto, Apolo, esclarece que já foi
469 formada uma comissão à respeito, tendo o apoio de todos os órgãos citados acima, a
470 SMSA para não complicar que liberaria o dinheiro, desde que aprovado pelo Conselho
471 Municipal de Saúde, para essa experiência e mostrar o fato concreto para a cidade, pois é
472 disso que a imprensa gosta. O participante Eduardo, propõe pautar o tema hoje debatido
473 para uma reunião ordinária e que criasse o fato com a imprensa e todos os órgãos,
474 inclusive que esses órgãos reproduzam experiência, colocando em seus carros até como
475 exemplos. O conselheiro Antônio Amâncio, propõe que a verba seja de R\$ 10 mil reais,
476 desburocratizada para implantação, além dos carros que se coloque em dois ônibus que
477 circule pela cidade nos principais corredores, com anúncios em letras garrafais, pra que a

478 população teme conhecimento do projeto. O senhor Martins diz que o único órgão deu
479 atenção ao seu projeto, foi a SMSA, uma coisa é você falar outra coisa é as pessoas
480 ouvirem, fiz vários trabalhos em outros órgãos, porém não deram crédito, comecei
481 sozinho e hoje tenho 25 pessoas me apoiando. A proposta apresentada pelo participante
482 Eduardo, foi aceita, e o senhor Martins disse que na segunda-feira teremos um carro com
483 motor e vaporizador pronto para demonstração, será uma festividade. Foi aprovado por
484 consenso a liberação de R\$10 mil (dez mil reais) para o projeto, porém deverá ser
485 discutido na Câmara Técnica de Saneamento. O secretário geral do conselho, Roberto
486 dos Santos, agradece a presença de todos. Às 19:00 horas, nada mais havendo a tratar,
487 foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será
488 assinada pelo presidente do Conselho e pelo secretário-geral. Belo Horizonte, 20 de
489 Agosto de 1998.
490 /vld